



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA
ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Jaqueline Freddo

**Constantina, RS, Brasil
2009**

**RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA
ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

por

Jaqueline Freddo

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão
Educativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Dra. Maria Alcione Munhoz

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA
ESCOLA CONTEMPORÂNEA**

elaborada por

Jaqueline Freddo

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Maria Alcione Munhoz- Doutora (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Andréa Tonini - Mestre (UFSM)

João Luis Pereira Ourique- Doutor (UFPEl)

Santa Maria, 08 de agosto de 2009.

A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser (ARENDETT, 1997, P. 234).

Dedico este trabalho a minha filha que foi tão compreensiva, amiga e sempre me incentivou para que eu não desistisse.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

AUTORA: Jaqueline Freddo

ORIENTADORA: Maria Alcione Munhóz

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a ação dos diversos educadores para identificar as relações de poder na avaliação que mudam no espaço escolar, principalmente o poder implícito e afetividade escolar, bem como diferentes concepções sobre a avaliação e como ela se apresenta no contexto da escola. Buscou-se identificar as diversas relações do poder existentes no meio escolar relacionando-as com as Pedagogias do século XVII em diante. Analisou-se uma visão diferenciada, em que ao relacionar a teoria com a prática da avaliação, percebeu-se que existe diversas relações de poder e afetividade, tanto quando forças produtivas em que os sujeitos respeitam o poder nas ações do outro; quanto forças negativas em que o sujeito acredita que possui o poder de acordo com o cargo que ocupa. Conhecer as diferentes formas de poder e o seu envolvimento na avaliação, possibilita o repensar e reestruturar o processo avaliativo existente na escola, a fim de construir aprendizagens significativas, envolventes e uma Escola mais justa, mais democrática e menos excludente.

Palavras-chave: Poder. Avaliação. Afetividade. Aprendizagem.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

(AUTHORITY CONNECTIONS IN THE PROCESS EVALUATION
CONTEMPORARY SCHOOL)

AUTHOR: Jaqueline Freddo

ADVISER: Maria Alcione Munhóz

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

This work presents a reflection on the action of the diverse educators, to identify the relations of mainly being in the evaluation that change in the pertaining to school space, the implicit power school and affectionate, as well as different conceptions on the evaluation and as it present itself in the pertaining to school context.

To identify the diverse existing relations of the power in the half pertaining to school relation them with the Pedagogies of century XVII in ahead. Analyse a differentiated vision, in that when relating the theory with the practical of evaluate, was perceived that it exists diverse relations of being able and affectinate, as much how productive forces, in that the citizens respect the power in the actions of the other; how much negative forces where the citizen believes that it possess the power in accordance with the position that occupies. To know the different forms of being able and its involvement in the evaluate process makes possible rethink, reorganizing the existing evaluate process in the school, in order to construct to significant, involving learnings and a School more joust, more democratic and less exculpatory.

Key-Words: To Be Able. Evaluation. Affectionate. Learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I	
A FORÇA DO PODER NA AVALIAÇÃO.....	12
1.1 Relações de Poder.....	12
1.2 O Significado do Poder.....	12
1.3 A Disciplina como Poder.....	13
1.4 Vigilância, outra Face do Poder.....	14
1.5 A avaliação como Poder.....	16
CAPÍTULO II	
DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO.....	26
2.1 Limites e Possibilidades da Avaliação Escolar.....	27
2.2 Por que Provas e Exames?.....	28
2.3 Prática Pedagógica Hegemônica.....	28
CAPÍTULO III	
REAÇÕES ADVERSAS E EFEITOS COLATERAIS DA AVALIAÇÃO.....	31
3.1 Contra-Indicação da Avaliação.....	32
3.2 Breve Análise da Avaliação na Realidade do Contexto Escolar.....	33
CAPÍTULO IV	
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	35
4.1 A Afetividade nas Relações Escolares.....	38

CAPÍTULO V	
METODOLOGIA.....	43
CAPÍTULO VI	
RECURSOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

A arte de ensinar é a arte de acordar a curiosidade natural das mentes jovens, com o propósito de serem satisfeitas mais tarde.

Anatole France

O cotidiano de sala de aula nos leva a verificar que existe uma proximidade entre afetividade e o desenvolvimento cognitivo do aluno, conseqüentemente também na sua avaliação. O que confirma os problemas de aprendizagem pela má organização dos esquemas afetivos. Considerando que pensar e sentir são ações intimamente ligadas, dissociáveis, precisamos refletir acerca da afetividade, funcionamento psicológico e na construção de conhecimentos cognitivo-afetivos. Sendo assim, acreditamos ser de extrema importância valorizar a afetividade como pressuposto básico para a aprendizagem e a sua eficácia na avaliação do rendimento escolar.

A situação vivida hoje no sistema escolar, em termos de avaliação é muito problemática e tem profundas raízes. Este não é um problema de apenas uma disciplina, como série ou escola, mas sim, é problema de todo o sistema educacional inserido no sistema social que vivemos, exige uma ressignificação das práticas educativas, voltando-se à formação e educação de novos sujeitos.

É possível analisar as diferentes relações de poder que ocorrem dentro da escola relacionando-as com as práticas avaliativas existentes no processo pedagógico escolar, identificando mecanismos para a construção de um caminho que contribua para a realização de uma prática avaliativa mais democrática e menos excludente.

Quando indagamos a quem a escola beneficia, a quem interessa, questionamos o ensino que ela privilegia. Como instrumento de medida de conhecimento, a avaliação como enfoque principal: aprovar ou reprovar o aluno. Desta forma, a garantia do ensino de qualidade foi abolida do processo escolar.

Portanto, as discussões pedagógicas atuais trazem à tona o pertinente tema da avaliação. Quando se pensa em discutir avaliação, é preciso ter em mente que nesta etapa do processo de ensino-aprendizagem encontra-se relacionada com toda a prática escolar. O processo avaliativo vem sempre acompanhado de dúvidas, angústias, incertezas e até incoerências e, no entanto, constitui-se no processo

crucial para a vida de quem está sendo avaliado. Nossa sociedade reserva às instituições escolares o poder de conferir notas e certificados que, supostamente atestam o conhecimento de cada um de seus educandos, o que torna muito grande a responsabilidade de quem avalia.

Atualmente na escola, a avaliação tem sido praticada para aprovar ou reprovar os alunos, caracterizando-se como uma ameaça que intimida o aluno. Descomprometida com a aprendizagem do aluno, contribui para auto-imagem negativa, causando reprovação e repetência e ainda, fracasso escolar, sendo cada vez mais comum encontrar no âmbito escolar uma avaliação que prenuncia castigo.

Muitas vezes a avaliação do rendimento escolar em algumas instituições não é usada corretamente pelos professores, pois não respeitam o ambiente no qual o aluno está inserido. Ainda, numa educação que prioriza o depósito de informações, onde um ensina e o outro aprende, os instrumentos de avaliação são utilizados apenas como medidores do conhecimento, e com isso afastam-se das características humanas, caracterizando-se como uma ferramenta de exclusão escolar e social.

Observou-se ainda que esta avaliação apresenta um caráter descontextualizado, autoritário e punitivo, que não considera o aspecto sócio-emocional, resultando num distanciamento entre professor e aluno.

Assim, caracterizada por um processo de julgamento de valores, sobre dados relevantes da realidade em que ocorre a aprendizagem, inerentes ao contexto social ou individual de cada aluno. Este processo é subjetivo e realiza julgamentos, segundo padrões pré-estabelecidos. Compreendemos então que afetividade e inteligência portanto, são aspectos indissociáveis, influenciados pela socialização.

Avaliar o aluno deixa de significar um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como modelo capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento, o que o aluno não sabe, o que pode vir a saber, o que é potencializado e revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para superação, sempre transitória do saber.

A avaliação está no âmago das contradições do sistema educativo e este é um terreno que carece de ousadia para a criação de novos indicadores capazes de revolucionar esta prática milenar. A partir deste estudo buscou-se lançar um novo olhar sobre a temática avaliação, com um olhar diferente através da afetividade,

sendo capaz de instigar a todos os que vierem a refletir sobre o mesmo, desafiando cada um para a construção de um novo modo de desenvolver a avaliação.

Uma reflexão ampla sobre a avaliação do rendimento escolar intimamente ligada à aprendizagem construída, identificando a interação professor e aluno, é um aspecto fundamental da organização “da situação didática” tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino dentro dos fatores cognoscitivos e sócio-emocional.

“A avaliação é um ato amoroso” .
LUCKESI, 1997

CAPÍTULO I

A FORÇA DO PODER NA AVALIAÇÃO

1.1 Relações de poder

A escola social destinado à construção do conhecimento comprometido com o respeito às diferenças e com a construção de um mundo mais justo e humano.

Em todos os ambientes que circulamos, o poder está presente. Na escola, professores, alunos, funcionários, pais, equipe diretiva reproduzem a rede de relações que existe em nossa sociedade, que transformam essas relações de poder em forças produtivas.

As relações de poder são responsáveis pelas mudanças no âmbito educacional embasada na palavra poder, que é constante na obra de Foucault (1999), na qual enfatiza que “o poder não se dá, não se troca e nem se retoma, mas se exerce” (Foucault, 1999, p. 175) em determinados momentos dependendo da situação em que os sujeitos se encontram. Dessa forma, ora um exerce o poder, ora outro, dependendo da posição em que se encontra, ou seja, na escola, ao desempenhar seu papel fazendo a interação dos alunos com o conhecimento, a professora está exercendo o poder; porém quando a manifesta sua indignação, é o aluno que está exercendo o poder de mostrar ao professor que não está satisfeito com a prática, a qual foi submetido.

1.2 O significado do poder

O poder é conjunto de ações praticadas sobre as ações do outro, segundo Foucault (1999), ele ocorre ao nível das relações. É uma ação que não é praticada sobre o outro, e sim, sobre as ações do outro. Portanto o poder só existe onde há ação, ele nos limita. É uma prática social que ninguém consegue ficar fora.

Deve-se ter consciência de que poder não significa violência, a qual segundo Foucault, age somente sobre o corpo, age diretamente sobre alguma coisa, submetendo-a e destruindo-a, e que o poder é uma ação sobre as ações, ele age de modo que aquele que se submete a sua ação o receba, aceite e o tome como natural e necessário.

Há uma relação complexa em mandar e ser mandado, pois as pessoas que abrem mão da sua liberdade permitem essa situação para poder colocar toda a responsabilidade dessa sobre o outro, ou porque a aceitam como natural, ou seja, como norma a ser seguida pela sociedade.

Percebe-se que o poder circula entre os sujeitos, em que, ora o poder está com o professor que consegue silêncio da turma ao aplicar a prova, ora está com o aluno que entrega essa mesma prova em branco. Ora o poder está com o diretor que coloca cadeado no portão para os alunos não saírem antes do horário pré-determinado, durante o sábado letivo com atividades festivas com a comunidade; ora esse poder está com os professores que, não participam das festividades ou reuniões estabelecidas.

1.3 A disciplina como poder

A disciplina é uma das palavras que mais circula no ambiente escolar. A indisciplina é a grande queixa e a grande justificativa dos professores.

certo é aquele provérbio tão respeitado e popular entre o povo da Bohemia escola sem disciplina é moinho sem água. Da mesma maneira que se trais a água de um moinho ele parará no mesmo instante, se suprires a disciplina em uma escola, forçosamente haverão de retardar-se todas as coisas (NADODOWSKI, p. 88).

A disciplina escolar, não é um fenômeno que contamina todo o agir escolar, não é para todos os alunos, mas um instrumento que se aplica aos que se afastam do caminho certo, que se desligam das normas pautadas. Portanto, a disciplina é corretora e exemplificadora.

Atualmente a queixa também não abrange a todos, ela está direcionada aqueles que não conseguem ficar quietos, que se ocupam com outras atividades: desenham, pintam, brincam, mexem com outros colegas e não têm atenção para o professor. Nesses casos, muitas vezes, o professor atribui a culpa à família ou a sociedade, mas queixando-se para a família, a melhora, às vezes é apenas por uns dias.

A educação passa por um momento de transformação social, política e ética e prevê seu papel de participação ativa e consciente na sociedade, estabelece novos princípios, novos caminhos, não só em aspectos relacionados aos conhecimentos científicos, mas também nas relações humanas.

Torna-se necessária à integração das áreas do conhecimento com os diversos atores educacionais porque, não se pode pensar em escola democrática, enquanto uns pensam, outros executam, mandam e outros obedecem, uns controlam e alguns são controlados.

Muitas são as funções da escola hoje, já não se pode pensar nela desvinculada da cultura, dos valores, dos meios sociais, dos costumes de uma cultura política e ética. Embora, todas sejam relevantes, estão articuladas com a função principal que é garantir o saber.

O saber, portanto, passa a ser o primeiro determinante da relação pedagógica. Porém, esse saber está impregnado de relações de poder, usadas para desmotivar e excluir os sujeitos, pois não está atrelado à realidade dos alunos.

1.4 Vigilância, outra face do poder

A escola é o espaço onde o poder disciplinador produz o saber. As áreas do saber se formam a partir de práticas políticas disciplinares fundadas na vigilância. O que estas práticas instalam é a paralisação dos corpos e dos pensamentos. Como todos os movimentos são permanentes vigiados, aqueles que se apresentam como ameaçadores da lógica disciplinar são imediatamente silenciados ou excluídos. Consequentemente este tipo de vigilância não fecunda a aprendizagem, não possibilita a aprendizagem.

Os alunos, nessa situação está sujeito a um olhar do professor que registra, contabiliza todas as observações e anotações sobre ele, estabelecendo classificações rigorosas. Essa prática de ensino reduz a vigilância. De acordo com Foucault (2004), estamos diante de uma dimensão específica do poder identificado não só na escola, mas também na fábrica, no hospital, e que se expressa por uma ordenação de espaço de tempo, pelo exercício da vigilância.

Não é necessário usar força para obrigar um aluno a ser disciplinado, o importante é que o sujeito saiba que é vigiado. Esta noção de poder disciplinador ajuda a explicar a auto-regulação dos estudantes, que mantêm seus comportamentos, mesmo quando o professor deixa a sala de aula.

Acredita-se que deva haver uma conscientização por parte de todos os educadores, pois cada um precisa estar ciente de suas atribuições dentro do espaço escolar.

O treinamento dos escolares deve ser feito da mesma maneira; poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais – sino, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda era chamado por excelência o “Sinal” e deveria significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência (FOUCAULT. 2004, P.140).

Embora o mundo tenha mudado se desenvolvido e se democratizado, a escola, através de alguns professores continuam a valer-se de tais práticas que se tornaram obsoletas e geraram problemas de disciplina, de aprendizagem e desentendimentos entre os diferentes educadores que causam angústias, revoltas e exclusões. Esse método não funciona mais como formador de um “corpo dócil”, como se referia Foucault (2004, p.119).

Acredita-se que a escola precisa acompanhar o desenvolvimento do mundo e contribuir para a formação integral do sujeito. Para que isso aconteça da melhor maneira, a escola deve estar aberta ao diálogo com toda comunidade escolar, escutando a todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender.

A identidade que a escola pretende instalar no sujeito deve ser muito bem pensada na elaboração do próprio currículo escolar. Para comprometer-se com um plano curricular, o educador deve dedicar-se às questões culturais, do trabalho, econômicas e políticas, e torna-se indispensável a compreensão das relações entre as diferentes culturas, pois, o currículo é elaborado para alguém e a partir de alguém.

A harmonia entre alunos e professores, alunos e alunos, alunos e família, família e professores, deve ser uma realidade na escola. Percebe-se, porém, que a integração, muitas vezes, não existe, porque os assuntos são distorcidos e mal interpretados, tanto pelos alunos e suas famílias, quanto pela própria escola, mostrando a falta de sintonia entre todos estes segmentos.

1.5 A avaliação como poder

A observação assistemática de crianças das séries iniciais do ensino fundamental vem produzindo discussões pedagógicas, uma vez que é cada vez mais comum encontrar no espaço escolar uma avaliação ameaçadora, que prenuncia castigo. Descomprometida com a aprendizagem do aluno, contribui para auto-imagem negativa, causando reprovação e repetência e ainda fracasso escolar.

Muitas vezes a avaliação do rendimento escolar não é usada adequadamente pelos professores, que não respeitam o ambiente no qual o aluno está inserido. Numa educação que prioriza o depósito de informações, onde um ensina e o outro aprende, os instrumentos de avaliação são utilizados apenas como medidores do conhecimento, e com isso, afastam-se das características humanas, posicionando-se como uma ferramenta de exclusão escolar e social, não considerando o aspecto sócio-emocional que resulta num distanciamento entre professor e aluno.

O cotidiano na sala de aula nos leva a verificar que existe uma proximidade entre a afetividade, o desenvolvimento cognitivo do aluno e também sua avaliação. O que confirma os problemas de aprendizagem causados pela má organização dos esquemas afetivos.

Considerando que pensar e sentir são ações intimamente ligadas, é preciso refletir acerca do papel da afetividade no funcionamento psicológico e na construção

de conhecimentos cognitivo-afetivos. É necessário valorar a afetividade como pressuposto básico para a aprendizagem e a sua eficácia na avaliação do rendimento escolar. A maneira como a escola avalia é o reflexo da educação que ela valoriza. Quando indagamos a quem ela beneficia, a quem interessa, questionamos o ensino que ela privilegia.

Em relação à interação professor e aluno, percebemos que a educação atual abre um espaço para essa parceria entre ambos, o que não percebemos, é a utilização da proximidade desta relação, no desenvolvimento das aulas e avaliação dos professores e alunos. Encontramos ambientes que propõem a afetividade mais como contato físico que nem sempre considera o aluno como ser autônomo, com direitos e desejos nem sempre iguais ao do professor.

Avaliar o rendimento escolar, portanto, é um dos elementos para reflexão e transformação da prática escolar e deve ter como princípio o aprimoramento da qualidade do ensino, tendo em vista que esta tem sido utilizada como parte de uma ação política, que visa através do processo educativo, como um instrumento de legitimação da seletividade da educação, conferindo ao ensino um papel subsidiário diante do fracasso do aluno.

É histórica a dor, a inconsistência, o poder e as injustiças de que se revestem os momentos avaliativos dentro de uma escola. A escola para avaliar, ao final de um tempo cronometrado, cumprido. Equipes diretivas, supervisores, professores exaustos e ansiosos, voltam-se para a execução dessa tarefa de registrar precisamente, em documentos trazidos em códigos, símbolos ou descrições.

Seja através de notas ou pareceres, a responsabilidade de todo o processo parece não recair sobre os alunos culpados obviamente por seus erros e brevemente elogiados por seus acertos... impossibilidades e patologias são descritas ou indicadas por notas.

Em que momento a ação “pedagógica”, a estrutura da escola, a ideologia que arquiteta a equipe e o corpo docente, o sistema e a sociedade são avaliados? Se o são, como sugerem os princípios e valores comprometidos com uma desejável transformação sócio-política-educacional, como através de que leitura é feita essa avaliação?

Há um arcabouço de idéias que, mesmo mudando-se os métodos, as maneiras, as técnicas, podem transpassar no discurso, não permitindo que uma nova percepção de mundo, de conhecimento, de avaliação se instaure para

encaminhar uma real possibilidade de transformação. As concepções que garantem e nutrem essa sociedade que aí esta, com todas as injustiças e impossibilidades já postas inquestionáveis e delimitantes, se retroalimentam em falas e atos observáveis no cotidiano escolar.

O ato de avaliar não é um fragmento, um momento, uma etapa do processo de educação: deveria ser essencialmente, um gesto cotidiano, sistemático, atento e sensível na busca de compreensão do que é e do que pode ser o ser humano, para que sua formação global possa acontecer em um dado momento de sua história.

A avaliação, numa visão emancipatória implica num redimensionamento participativo de todos os envolvidos com educação: na descentralização do poder das mãos dos professores, supervisores e orientadores.

Basta falar em avaliação que o ambiente já se torna um pouco pesado, tenso. Poucos gostam de ser avaliados... Talvez porque os atos que permearam nossa vida em torno da avaliação sempre serviram para punir, desautorizar ou constranger alguém. Esta é a prática que mais está presente em nossas escolas e em nosso cotidiano. No entanto, a avaliação deveria ser encarada como um “sintonizador da nossa vontade de melhorarmos sempre mais”. Assim sendo, ela deveria possibilitar nosso crescimento porque aponta os limites de nossa ação e provoca a descoberta de novos posicionamentos.

Hoffmann afirma que da pré-escola à universidade, as crianças e jovens são constantemente sentenciados por seus comportamentos e tarefas...

Formal ou informalmente, cada vez que a criança brinca, fala, responde ou faz tarefas, está sendo observada e julgada por seus professores. A isto denomina-se a avaliação. Esta concepção abrange as ações de observação e julgamento, limitando-se a elas (1991, p.69).

A avaliação sempre foi uma atividade de controle, que visava selecionar e neste sentido, o prazer de aprender desaparece, pois a aprendizagem se resume em notas e provas. O processo, ou o ato de realizar uma avaliação vai, além disto, estando inserido dentro de um ensino integral, onde o professor acompanha o processo desenvolvido pelo educando, auxiliando-o em seu percurso escolar, fundamentando-se no diálogo, reajustando continuamente o processo de ensino de

forma a que todos consigam alcançar com sucesso os objetivos definidos, relevando suas potencialidades.

O sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento, a transformação[...] O que implica num processo de interação educador e educando, num engajamento de pessoas a que nenhum educador pode se furtar sob pena de ver Completamente descaracterizada a avaliação em seu sentido dinâmico (HOFFMANN, 1991, P.110).

Sob esta perspectiva, avaliar deixa de significar fazer um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como momento capaz de revelar o que o mesmo já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrando, seu processo de construção de conhecimento, podendo potencializar, revelar suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a supere. A avaliação propicia um momento de mudança, avanço, progresso, enfim, aprendizagem. Ela é processual, contínua, participativa, diagnóstica e investigativa. A avaliação faz parte do ato educativo, do processo de aprendizagem, avalia-se

Para diagnosticar avanços e entraves, para interferir, agir, problematizar e redefinir os rumos e caminhos a serem percorridos.

[...] o processo avaliativo a que me refiro é um método investigativo que prescinde da correção tradicional, impositiva e coercitiva. Pressupõe, isto sim ,que o professor esteja cada vez mais alerta e se debruce compreensivamente sobre todas as manifestações do educando (HOFFMANN, 1991, P.79).

Historicamente, a avaliação com o caráter que tem atualmente não foi inventada pelos professores, nem foi à escola que a solicitou ao sistema, ao contrário, no seu processo de consolidação enquanto classe, a burguesia precisou utilizar a escola como elemento tanto de seleção social, quanto de disciplinamento para o trabalho e de inculcação ideológica, no sentido das pessoas conformarem com o seu lugar na sociedade. No discurso – o ideal liberal – constituído na França revolucionária em 1789 visava à transformação do modelo social vigente da época,

que tinha como base a divisão de três estados (clero, nobreza, burguesia e os camponeses).

O estado de dominação que a burguesia se encontrava os levou a unir força com as camadas populares na luta contra o sistema feudal utilizando elementos ideológicos como liberdade, igualdade, fraternidade para todos, e utilizou o significado da igualdade, como mecanismo político-ideológico na efetivação dos direitos sociais. A escola nesse contexto passa a ser um espaço de concretização do modelo social que se formava, devido à promessa de universalização do saber, a gratuidade do ensino e conseqüentemente a formação do caráter dominante reprodutor, dualista e classista da educação.

Podemos observar por toda a Europa do final do século XVIII o avanço da escola para o povo, as proposta de ensino publico, laico e universal. Havia a promessa de que a ida a escola possibilitaria a equalização social, o ser alguém na vida, este era o chamariz. É obvio que se todos os que fossem para escola conseguissem obter um certificado, o mito da ascensão social via escola iria desfazer-se, já que não haveria bons postos a oferecer para todos.

Nesse momento histórico, a reprovação passa a desempenhar não mais um caráter moral que tinha quando a escola não era para o povo, mas o caráter ideológico de convencer as pessoas cientificamente que não merecem uma posição melhor na sociedade, por não terem condições, induzido pelo conformismo o próprio fracasso. Há uma introjeção da culpa pelo fracasso, induzindo o povo ao conformismo e ao reconhecimento do seu lugar. A desejada e legalmente definida equalização social não pode ser atingida, porque o modelo social não permite.

Segundo FOUCAULT (1977:166) A lógica do exame, da prova, da reprovação não surge apenas na escola, é toda uma sociedade – disciplinar – que está sendo constituída neste momento histórico. Trata-se, pois, da intromissão do Estado na educação escolar através de aspectos legais, e avaliação educacional será assim um elemento disciplinador, não somente das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. Quando era revolucionaria a burguesia se interessava pelo conhecimento, financiando mesmo seu avanço, tinha a necessidade do saber e da sua divulgação como forma de luta pela contra velha ordem estabelecida, chegando ao poder, o conhecimento passa a ser importante para garantir seus interesses, enquanto apropriação privada e não mais universalizada. Para Vasconcellos, (1997:52)

O sistema sócio-político-econômico precisou usar o sistema escolar, que passou esta atribuição discriminatória para a escola, que passou para o professor, que aplicou sobre o aluno, que vai se constituir na família e fazer parte da sociedade, considerando normal essa prática.

É assim que Foucault (1977, p. 131) nos apresenta uma forma de como o poder se desenvolveu a partir do século XIX, sendo sustentado e fortalecido até nossos dias, inicialmente pelo disciplinamento e pelo controle do corpo-espécie. A escola, juntamente com outras instituições, desenvolveu práticas de disciplinamento do corpo – espécies, que se tornaram, a partir de então, formas de manipular, modelar e treinar corpos, ao mesmo tempo em que multiplicava suas forças e os tornavam mais hábeis. O projeto de educação que se constituiu no ideário da revolução francesa se universalizou. O sistema capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, assume nitidez a defesa da universalização dualista, segmentada: escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dominantes.

Segundo Luckesi (2006), o modelo liberal produziu diferentes concepções pedagógicas:

- A pedagogia tradicional, centrada no intelecto, na transmissão de conteúdos, e na pessoa do professor.
- A pedagogia renovada ou escolanovista - centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção de conhecimento e no educando com suas diferenças individuais;
- Pedagogia tecnicista – centrada na exarcebção dos meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio de rendimento.
- A pedagogia denominada libertadora, representada pela idéia de transformação social, que se define pelo processo de conscientização cultural e política fora dos muros da escola.
- A pedagogia dos conteúdos – sócios culturais – centrada na idéia de igualdade, de oportunidade para todos no processo de educação e na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos sistematizados pela humanidade e na aquisição de habilidades de assimilação e transformação desses conteúdos, no contexto da prática social.

Resumindo, existem dois tipos de pedagogias, aquelas que têm por objetivo a domesticação dos educandos e, de outro, aquelas que pretendem a humanização dos alunos, ou seja, aquelas que propõem e praticam a conservação da sociedade, o enquadramento dos educandos, do outro lado, as pedagogias que pretendem oferecer ao educando meios para que ele possa ser sujeito desse processo e não de objeto de ajustamento. Esse dois grupos de pedagogia, circunstancializados pelos dois modelos sociais correspondente, exigem duas praticas diferentes de avaliação, de aprendizagem.

Dentro do modelo liberal e conservador a avaliação torna autoritária, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle, enquadramento dos indivíduos social, ao contrário, da prática da avaliação preocupadas com a transformação que está atenta aos modos de superação de autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando.

Dessa forma, a avaliação e a aprendizagem no contexto educacional, vêm sendo processadas com diferentes valores, um como mecanismo de sustentação do sistema, outro como transformação da sociedade a favor do ser humano.

Para Luckesi a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica numa tomada de posição do mesmo, para aceitar ou transformá-lo.

Entretanto, no contexto educacional, as praticas pedagógicas evidenciam o caráter eliminatório, a seleção parcial, pois, diferente das empresas que eliminam seus candidatos no momento que analisam seu currículo, a escola elimina por etapas, ou pelo caráter espontâneo quando se nega a analisar as dificuldades de aprendizagem e concede o conceito desejado, ou quando realiza os exames, as arguições orais, as provas, os pontos dados ou tirados, os castigos, as suspensões, os temas de casa, que têm se constituído como formas de dominar e sujeitar os alunos e alunas, fazendo-os operar como se deseja, de tal forma que, o êxito ou fracasso escolar possa ser responsabilidade única dos seus sujeitos.

Cristalizou-se em nossas escolas a prática de provas e exames como um dos recursos para classificar os educandos, selecionando e o tratando de maneira diferenciada, preocupando-se com os princípios burgueses da individualidade e da competitividade. Assim, quanto mais fortes e poderosas são as relações de poder, tanto mais elas têm necessidade de expandir-se pela subjugação de uns sobre outros, marca constante, por exemplo, de uma sociedade que precisa de indivíduos

que possam gerar rendas e obter êxito no mercado (Neoliberalismo, 1996, p.20) consumindo, em estado permanente de competição e diluindo-se numa permanente massificação.

Historicamente a avaliação ganhou um sentido autoritário e excludente, por que do ponto de vista da aprendizagem, o educando passa a ser classificado definitivamente como, inferior, médio ou superior. Isso vai depender do desempenho apresentado, essas classificações registradas, e que são transformadas em números, e adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias.

O interessante é que todo educador sabe que isso é possível, até mesmo defendem a idéia do crescimento, entretanto na prática, a maioria das vezes torna-se um castigo por um determinado comportamento inadequado. Dessa forma o ato de avaliar, não serve como uma pausa para verificar até que ponto houve aprendizagem significativa, e a possibilidade de retornar a essa aprendizagem. Tornando-se apenas um meio de julgar, medir e testar.

O ato de avaliar torna-se classificatório, não auxiliando em nada o avanço e o crescimento o conhecimento do educando. O educando como sujeito humano é histórico, contudo, julgado e classificado, ele ficará para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos.

A instituição disciplinar consiste na utilização de métodos que permitem um controle minucioso sobre o corpo do cidadão através dos exercícios de domínio sobre o tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes, com uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e dóceis. Tudo isso para impor uma relação de docilidade e utilidade.

Na escola, ser observado, olhado, contado detalhadamente passa a ser um meio de controle, de dominação, um método para documentar individualidades. A criação desses campos documentários permitiu a entrada do indivíduo no campo do saber e, logicamente, um novo tipo de poder emergiu sobre os corpos. Os efeitos do poder se multiplicam na rede escolar devido à acumulação cada vez maior de novos conhecimentos adquiridos a partir da entrada dos indivíduos no campo do saber. Conhecer a alma, a individualidade, a consciência e comportamento dos alunos é que tornou possível a existência da psicologia da criança e a psicopedagogia.

As áreas do saber se formam a partir de práticas políticas disciplinares, fundadas na vigilância. Isso significa manter o aluno sob um olhar permanente, registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre os alunos, através de boletins individuais de avaliação, ou uniformes-modelo, por exemplo, perceber aptidões, estabelecendo classificações rigorosas. A prática de ensino em sua essência reduz-se à vigilância. Não é mais necessário o recurso à força para obrigar o aluno a ser aplicado, é essencial que o aluno, como o detento, saiba que é vigiado. Porém há um acréscimo: o aluno nunca deve saber que está sendo observado, mas deve ter a certeza de que poderá sê-lo sempre.

O contexto avaliativo é sem dúvida uma construção coletiva, na medida em que depende do encontro ou não de uma série de fatores, situações ou objetivos. Caracterizar a culpa do modelo sobre uma ou outra corrente de ação é minimizar a questão a um nível que pode individualizar sem considerar as relações existentes com o meio de formação escolar e social as possíveis soluções, enquanto busca-se o oposto, ou seja, uma fórmula de avaliação que contemple a participação ativa de todos os implicados, conforme o que nos diz Hoffmann.

“Uma ação mediadora não promove o diálogo, a relação no trabalho pedagógico, ela é um processo interativo, dialógico, existente enquanto relação, enquanto confluência de idéias e vivências” (HOFFMANN, 1998, p.9).

Em termos de novidade quanto à avaliação, a nova Lei de Diretrizes Básicas LDB (Lei 9394/96) exige aos sistemas de ensino, sejam, públicos ou particulares, que efetivem um processo avaliativo contínuo e qualitativo, mediador, em escolas e universidades. O que havia de fato, até o presente, era uma falta de acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e muito menos com o sentido de prevenir as dificuldades surgidas, observando-os, refletindo sobre a natureza de suas manifestações, replanejando e tomando decisões de caráter puramente pedagógico, tendo-se por base os resultados dos teste e tarefas realizadas. Como conseqüência a LDB vem tornar obrigatoriamente aquilo que deveria ter sido buscado como meta, já há tempo, tão somente pela sensibilidade dos envolvidos no processo escolar como um todo ou pelas exigências e pressões inerentes a esse processo ou modelo escolar.

Com efeito, a prática instalada por tantos anos de avaliação por notas somente, dificilmente irá modificar-se por força exclusiva de uma lei. É preciso que se possa mudar inclusive alguns conceitos ou padrões correlatos, passando pela

melhor formação profissional do educador, mesmo para aqueles conceitos produzidos ou fomentados a nível social. Nesse sentido, Hoffmann nos diz que “a prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos” (HOFFMANN, 1998, p.36).

Se pretendermos realmente aplicar qualquer modelo diferenciado ao padrão vigente, ou mesmo modernizar o modelo tradicional, que seja, é imprescindível que possa o professor acompanhar com passos próximos tal movimento. Toda a mudança que se pretenda passar, com efeito, pela melhor qualificação desse profissional, assim como seu aprofundamento desde a transmissão dos conhecimentos, até aquela mudança estrutural de aplicação e conduta, de compreensão do que busca o aluno e da própria feitura do modelo avaliativo.

Principalmente o professor, por ser a peça chave do modelo de ensino, mas não só ele deve correr em busca dessa mudança, dessa nova postura. Todo o corpo diretivo precisa tomar rumo de um direcionamento mais profundo e objetivo, de forma a que todas as engrenagens ponham-se em movimento, a fazer andar a grande máquina do ensino escolar.

O educador precisa dar-se conta de que é e está seriamente comprometido com o juízo de valor emitido sobre o educando. Seu olhar estreita-se perigosamente ao considerar o processo avaliativo como uma ação objetiva e imparcial, puramente constatativa sobre o que fazer do aluno. Como uma coleta de dados observável na avaliação, deve-se levar em conta a relação entre a avaliador e o avaliado.

No dizer de Firme (1998, p.47) “a escola pode ser comparada a um time de futebol, onde há o juiz e os jogadores.” Mesmo os jogadores sendo de bom nível, sendo craques, dependem da interpretação alcançada pelo juiz sobre suas jogadas, assim como estão sujeitos os alunos a diferentes critérios de avaliação por parte do professor. Não há dúvida de que o estado emocional tanto do aluno como do professor, da clareza de como é redigida cada questão, e da forma de análise dos resultados obtidos, bem como a falta de qualificação do mestre em construir itens de acordo com os objetivos a serem alcançados e comprovar se o conteúdo da prova está de pleno acordo com os objetivos a serem alcançados, são os motivos mais marcantes que podem levar ao fracasso escolar.

CAPÍTULO II

DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO

A avaliação é um método de coleta e de processamento dos dados necessários à melhoria da aprendizagem e de ensino, o que vem ao encontro das idéias de Vasconcellos (1994). Afirmam também que a avaliação auxilia no esclarecimento das metas e dos objetivos educacionais na medida em que o desenvolvimento do aluno está se processando da maneira desejada, sendo também um sistema de controle de qualidade pelo qual se pode determinar a cada passo do processo de ensino-aprendizagem, se este está ou não sendo eficaz, indicando mudanças a serem feitas para assegurar sua eficácia.

Todas as definições acima apresentadas encontraram-se permeadas pela concepção de que a avaliação é um processo contínuo e sistemático que faz parte do processo ensino-aprendizagem de forma a orientar o mesmo para que os educandos possam conhecer seus erros e seus acertos, diagnosticando as dificuldades para poder planejar novas atividades de forma a que todos alcancem os objetivos propostos.

Portanto, os autores deixam claro, a necessidade de conhecer a avaliação como uma incessante busca de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento. Processo este que implica em uma reconstrução do significado do ato de avaliar, que não acontecerá por experiências isoladas ou fragmentadas, mas por uma ação conjunta e continuada que ultrapasse os muros das instituições escolares e esteja pautado na vontade de mudar. “[...] a construção do ressignificado da avaliação pressupõe dos educadores um enfoque crítico da educação e do seu papel social” (HOFFMANN, 1991, p.112).

Luckesi (1997) define a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir a avaliação de julgamento, sendo este um ato de distinguir o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para então ajuizar sua qualidade tendo em vista dar-lhe suporte de mudança se necessário.

Para Freire (1978) a avaliação não é o ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura, cometidos. Dar o seu caráter dialógico. Neste sentido, em lugar de ser um instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação.

Segundo Vasconcellos, “não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, em um processo de ensino passivo, repetitivo, alienante [...] (1994, p.56).

2.1 Limites e possibilidades da avaliação escolar

A avaliação escolar, também chamada de avaliação do processo ensino-aprendizagem ou avaliação do rendimento escolar, tem como dimensão de análise o desempenho do aluno, do professor e de toda a situação de ensino que se realiza no contexto escolar.

Sua principal função é subsidiar o professor, a equipe escolar e o próprio sistema no aperfeiçoamento do ensino. Desde que utilizada com as cautelas previstas e já descritas em bibliografia especializada, fornece informações que possibilitam tomar decisões sobre as quais recursos educacionais devem ser organizados quando se quer tornar o ensino mais efetivo. É, portanto, uma prática valiosa, reconhecidamente educativa, quando utilizada com o propósito de compreender o processo de aprendizagem que o aluno está percorrendo em um dado curso, no qual o desempenho do professor e outros recursos devem ser modificados para favorecer o cumprimento dos objetivos previstos e assumidos coletivamente na Escola.

Souza nos diz:

O processo avaliativo parte do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender. Assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredito que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise de situação escolar atual do aluno, em função das condições de ensino que estão sendo oferecidas (1994, p.89).

2.2 Por que provas e exames?

A prática escolar usualmente denominada de avaliação é constituída muito mais de provas e exames do que de avaliação. Existem também razões psicológicas para a insistência nos velhos métodos de avaliação: o professor é muito examinado durante sua vida de estudante e, ao se tornar profissional, tende a repetir esse comportamento.

Sendo assim prática de provas e exames exclui parte dos alunos porque baseia-se no julgamento, enquanto a avaliação pode incluí-lo devido ao de proceder por diagnóstico e assim incluir o educando no curso de aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas expectativas de vida.

Enquanto as finalidades e funções das provas e exames são compatíveis com a sociedade burguesa, as da avaliação as questionam, por isso, torna-se difícil realizar a avaliação na integralidade de seu conceito, no exercício de atividades educacionais (LUCKESI, 1991, p171).

A polêmica em torno do que realmente seja a avaliação no campo educacional é bastante grande. Embora muita já se tenha discutido, o tema está longe de uma abordagem consensual.

A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematizadora, questionamento, reflexão sobre a ação. Educar, fazer ato do sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente (GADOTTI, 1991, p.52).

2.3 Prática pedagógica hegemônica

O movimento que caracteriza as práticas escolares cotidianas explicita a impossibilidade de se reduzir avaliação a um conjunto de momentos estanques que costumam fragmentos do processo ensino/aprendizagem, perspectiva que limita

(quando não impede) a possibilidade de os sujeitos construírem conhecimentos num movimento dialógico. Especialmente quando atuamos na escola pública freqüentada prioritariamente pelas crianças das classes populares, que trazem conhecimentos, vivências, lógicas e expectativas muito diferentes daqueles que articulam a prática pedagógica hegemônica. Incorporar a heterogeneidade de saberes presentes na vida escolar exige que a lógica da avaliação se aproxime a um dinâmico caleidoscópico em que o resultado se transforma segundo os movimentos que conduzem a (re) articulação dos fragmentos.

O planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir. Para Vasconcellos (1994), a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisões sobre as atividades didáticas seguinte. De acordo com ele a avaliação deveria acontecer acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento a ser encarada com um instrumento facilitador de tal processo, e não como inibidor do mesmo, marcando as pessoas de forma negativa pelo resto de suas vidas. Ela deveria possibilitar nosso crescimento, porque aponta limites de ação e provoca a descoberta de novos posicionamentos.

Ela aparece na prática educativa a partir do momento em que o educador começa a relacionar-se com o educando, dentro e fora da sala de aula. Com isso, reafirmamos que a prática da avaliação da aprendizagem (passado-presente-futuro-passado...) está presente durante em todo o processo de aquisição, recriação e elaboração do saber.

O planejamento da ação pedagógica não se configura, pois, como uma ação cuja as intenções são neutras. A neutralidade em educação demonstra por teóricos educacionais e cientistas sociais, não existe, pois o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo nosso projeto.

A avaliação atravessa o ato de planejar e executar, por isso, contribui em todo o percurso de ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no

redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível.

CAPÍTULO III

REAÇÕES ADVERSAS E EFEITOS COLATERAIS DA AVALIAÇÃO

Pesquisas realizadas na área têm demonstrado conseqüências psicológicas e sociais adversas em função do uso da avaliação de forma classificatória, punitiva e autoritária. A avaliação, quando apenas praticada de modo classificatório supõe ingenuamente que se possa realizar esta atividade educativa de forma neutra, como se não estivessem implícitos a concepção do Homem que se quer formar e o modelo de sociedade que se quer construir em qualquer prática educativa. A classificação cristaliza e estigmatiza um momento de vida do aluno, sem considerar que ele se encontra em uma fase de profundas mudanças. É uma forma unilateral e, portanto, autoritária, que não considera as condições que foram oferecidas para a aprendizagem. Pune justamente aqueles alunos que, por sofrerem uma situação social adversa, necessitam de que a Escola lhes proporcionem meios adequados que minimizem suas dificuldades de aprendizagem. A avaliação apenas como instrumento de classificação tende a descomprometer a equipe escolar com o processo de tomada de decisão para o aperfeiçoamento do ensino, que é função básica da educação.

A avaliação escolar não deve ser empregada quando não se tem interesse em aperfeiçoar o ensino e, conseqüentemente, quando não se definiu o sentido que se tem dado aos resultados da avaliação. A avaliação escolar exige também que o professor tenha claro, antes de sua utilização, o significado que ele atribui a sua ação educativa (SOUZA, 1994, p. 89).

Acredita-se que a avaliação é fundamental à educação, em que, segundo Hoffmann (2001, p.16) “a avaliação é essencial à educação.” Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. Deve-se constantemente analisar a prática pedagógica. O aprendizado dos/as alunos/as e o andamento da escola como um todo, para que se possa fazer os ajustes necessário que resultem na construção constante na escola a favor de um aprendizado que leve o/a aluno/a construir o caminho para a vida.

Constata-se que a avaliação perfeita, justa e correta não existe, porém tem-se consciência de que se deve procurar diferentes formas avaliativas, através dos esclarecimentos dos objetivos das limitações, tanto dos sujeitos, como na própria escola, dos instrumentos e da integração no processo ensino-aprendizagem que permitam analisar as diferenças existentes entre os sujeitos, tendo a consequência que há sempre uma maneira de melhorá-la.

A avaliação é a reflexão permanente sobre ação docente e sobre a aprendizagem dos educados. O ato de avaliar significa atribuir valor ou qualidade a uma ação, para que a partir daí leve a uma nova ação.

O ato de avaliar implica, coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objetivo da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto (LUCKESI, 1997, p.93).

Torna-se necessário que o/a educador/a esteja preparado para enfrentar as dificuldades que o aluno tiver que ultrapassar, ou seja, ele deve estar preparado para enfrentar as diversidades que compõe a escola, sejam elas, a falta de condições materiais, espirituais ou sociais.

3.1 Contra-indicação da avaliação

A avaliação é contra-indicada como único instrumento para decidir sobre aprovação e reprovação do aluno. O seu uso somente para definir a progressão vertical do aluno conduz a reduções e descompromissos. A decisão de aprovação ou retenção do aluno exige do coletivo da Escola para oferecer e garantir um bom ensino.

A avaliação escolar também é contra-indicada para fazer um diagnóstico sobre a personalidade do aluno, pois sua abrangência limita-se aos objetivos do ensino do programa escolar.

A avaliação escolar é contra-indicada para fazer prognóstico de sucesso na vida. Contudo, o seu mau emprego pode expulsar o aluno da Escola, causar danos em seu auto-conceito, impedir que ele tenha acesso a um conhecimento sistematizado e, portanto, restringir a partir das suas oportunidades de participação social.

3.2 Breve análise da avaliação na realidade do contexto escolar

Nas últimas décadas, a atenção dos educadores, dos políticos e da sociedade voltou-se para as dimensões sociais e políticas da avaliação, por representarem, em alguns momentos, práticas incoerentes com uma educação democrática e inclusiva. A partir daí, intensificaram-se os estudos e pesquisas nesta área.

As dissonâncias em torno dessa prática ocorrem paralelamente às discussões acerca de escolas que parecem já não entender aos problemas sociais. Entretanto, ainda encontramos professores que trabalham mais voltados para a transmissão de conhecimentos e repetição de modelos estereotipados, empobrecendo o universo cultural dos alunos. Isso acontece porque o professor ainda acredita no processo da transferência de conhecimento, a avaliação é concebida e realizada através de provas e testes, geralmente efetivados num único dia, sempre elaborados pelo próprio docente, de forma a selecionar e classificar os alunos. Esse percurso de seleção e classificação na escola resulta numa nota que interfere nas relações do aluno com a família, com os professores, com a escola, enfim com toda a sociedade.

Se as notas são excelentes, em geral, a família recompensa esse filho(a) oferecendo presentes com intuito de que ele continue obtendo boas notas; os professores elegiam esse aluno diante de toda a turma e ele é tido como o bom aluno e a sociedade acata esse título. Se, ao contrário, as notas são baixas, a família muitas vezes, por não compreender as causas do insucesso, aplica-lhe castigos; os professores deixam-no de lado e desacreditam na sua capacidade de aprender. Conseqüentemente, a criança é rotulada como burra, problemática, aquela que tem problema de cabeça, que tem problemas familiares e outras expressões que acabam por estigmatizá-la.

Assim a nota alcançada na escola, como um fim em si mesma, acaba ficando muito distante e sem relação com as situações de aprendizagem, interferindo no desenvolvimento cognitivo do aluno, aniquilando a sua autoestima e tornando-se instrumento de exclusão.

Diante de mudança acelerada de valores, ocasião em que a escola vem sendo questionada acirradamente, nada mais coerente que a avaliação educacional seja repensada neste novo milênio.

No âmbito das políticas públicas educacionais, a avaliação tem sido expressa nas propostas oficiais e nas experiências contemporâneas, sem uma preocupação em superar essa visão de modelo classificatório, retomando-a em seu sentido ético de juízo consciente de valor, de respeito às diferenças, de compromisso com a aprendizagem para todos e a formação da cidadania.

CAPÍTULO IV

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A avaliação escolar deve ser mais estudada e detalhada cientificamente, buscando considerar relações de afetividade professor e aluno que possam ser garantidas dentro das variadas formas de avaliação. A afetividade tem um valor significativo sob a avaliação do aluno como um todo, devendo ter como aspecto fundamental alcançar os objetivos no processo de ensino dentro dos fatores cognoscitivos e sócio-emocional e intimamente ligada à interação professor e aluno.

Muitas vezes a avaliação do rendimento escolar em algumas instituições não é usada corretamente pelos professores, e não respeitam o ambiente no qual o aluno está inserido. Ainda numa educação que prioriza o depósito de informação onde um ensina e o outro aprende, os instrumentos de avaliação são utilizados como mediadores do conhecimento, e com isso, afastam-se das características humanas, posicionando-se como uma ferramenta de exclusão escolar não considerando o aspecto sócio-emocional que resulta num distanciamento entre professor e aluno.

Piaget (2001) define a afetividade como todos os movimentos mentais conscientes e inconscientes não-rationais, sendo o afeto um elemento indiferenciado do domínio da afetividade. Afirma ele, que o afeto é a energia necessária para o desenvolvimento cognitivo e estudos que integram as pesquisas de Freud e de Piaget especificam que a afetividade influi na construção do conhecimento de forma essencial, através da pulsão de vida e da busca pela excelência.

A afetividade tem um respaldo significativo sob a avaliação do aluno como um todo. A avaliação escolar precisa ser mais estudada e detalhada cientificamente, buscando considerar relações de afetividade entre professor e aluno que possam ser garantidas dentro das variadas formas de avaliação. A afetividade tem um respaldo significativo sob a avaliação do aluno como um todo, devendo ter como aspecto fundamental, alcançar os objetivos do processo de ensino dentro dos

fatores cognoscitivos e sócio-emocional, intimamente ligada a interação professor e aluno.

Na avaliação inclusiva, segundo Luckesi (1997) não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente em busca do melhor.

Para Wallon (1986), a afetividade, além de ser uma das dimensões da pessoa, é uma das fases mais antigas do desenvolvimento, pois o homem logo que deixou de ser puramente orgânico passou a ser afetivo e da afetividade, lentamente passou para a vida racional. Nesse sentido, a afetividade e inteligência se misturam, havendo o predomínio da primeira e, mesmo havendo, logo uma diferenciação entre as duas, haverá uma permanente reciprocidade entre elas. "[...] a afetividade depende, para evoluir, de conquistas realizadas no plano da inteligência, e vice-versa." (DANTAS, p.90, 1992).

A maneira como a escola avalia é o reflexo da educação que ela valoriza. Quando indagamos a quem ela beneficia, a quem interessa, questionamos o ensino que ela privilegia. Como instrumento de medida de conhecimento, a avaliação tem como enfoque principal aprovar ou reprovar o aluno. Desta forma, a garantia do ensino de qualidade foi abolida do processo escolar.

Assumindo um caráter pedagógico, a avaliação precisa desvincular do processo classificatório, seletivo e discriminatório, para estabelecer o básico da sua função que se aplica principalmente ao professor que a utiliza, analisando e refletindo os resultados dos alunos. Desta forma, a avaliação propicia retomada de conteúdos, novas metodologias e um redimensionamento de trajetória conforme a necessidade do momento. Enfatizando assim o processo, refletindo o ensino que busca a construção do conhecimento.

A avaliação deve ir muito além de avaliar a aprendizagem do aluno, ela ultrapassa essa dimensão avaliando em contrapartida o trabalho da escola e o desempenho do professor, promovendo a revisão e a redefinição dos objetivos propostos.

Mudar a avaliação significa, provavelmente, mudar a escola. A avaliação se apresenta desta forma como o retrato da escola, demonstrando a educação que ali se aplica, desvelando a concepção de escola, de homem, de mundo, de sociedade. Acreditamos que esse seja o caminho.

Avaliar o rendimento escolar, portanto, é um dos elementos para reflexão e transformação da prática escolar e deve ter como princípio o aprimoramento da qualidade do ensino. Os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos.

Avaliar, mais do que saberes técnicos, exige sabedoria para compreender a complexidade do ser humano em desenvolvimento, para relevar suas deficiências menores, para despertar valores e virtudes, muitas vezes adormecidos, e, sobretudo, um depósito de discernimento, equilíbrio, afetividade, valores morais, intelectuais, estéticos, religiosos, elementos fundamentais para a importância e a grandeza da ação do professor.

A avaliação do rendimento escolar tem como alvo a classificação do aluno. Necessita ser redirecionada, pois a competência ou incompetência do aluno não resulta apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando. A avaliação ainda não contempla os aspectos qualitativos que são difíceis de serem mensurados, pois, envolvem objetivos subjetivos, postura, política, crenças e valores.

Serve como um meio de controle, feito através de atribuição de pontos ou notas, para que os alunos realizem as tarefas e tenham comportamentos esperados, no qual o professor e a instituição desejam. Não se importam com o tipo de conhecimento que o aluno adquiriu, e sim, com o tipo de nota que o aluno obteve. A nota, portanto, passa a apresentar um objetivo diferente da representação do rendimento do aluno. O ponto chave da educação deve ser o aluno aprender a aprender, saber pensar, ser crítico e analítico. É dentro dessa perspectiva, que a avaliação deve trabalhar.

Em relação a interação professor e aluno, percebemos que a educação atual abre um espaço para essa parceria entre ambos, verificamos que vem acontecendo um estreitamento desta relação. O que não percebemos é a utilização da proximidade desta relação, no desenvolvimento das aulas e avaliação dos professores e alunos. Encontramos ambientes que propõem a afetividade mais como contato físico que nem sempre considera o aluno como ser autônomo, com direitos e desejos nem sempre iguais ao do professor.

“Mestre é quem sempre ensina, mas de repente, aprende.”
Guimarães Rosa.

4.1 A afetividade nas relações escolares

A escola é um local repleto de fantasias, onde educandos, educadores, gestores, pais, e outros segmentos sociais acreditam em sua importância na construção, reconstrução e acondicionamento de uma sociedade idealizada.

A atualidade social nos remete há uma educação que já não suporta mais acatar tantos compromissos. É na escola que muitos alunos encontram sua família entre amigos, colegas e profissionais da educação. A escola é o referencial de segurança e esperança para muitas pessoas.

Escola e sociedade caminham lado a lado, uma depende da outra e juntas transformam sonhos em realidade, objetivos em metas, obstáculos em conquistas. Se a escola apresenta alguns problemas, esses serão refletidos na sociedade, se a sociedade passa por uma transformação importante, a escola terá que reorganizar seus princípios a fim de se adaptar as novas mudanças.

O Pós Modernismo, como é chamada a era atual, está trazendo um novo olhar para as questões educacionais. Um olhar adiante e com os pés ainda na modernidade, nos traz uma importante reflexão sobre a educação na atualidade. A educação moderna está em crise, porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola, enfim, separa o sujeito do objeto.

A modernidade trás conceitos e ideologias de uma sociedade capitalista que grifa a tecnologia, a informação, a agilidade e o consumo. Em meio a essa sociedade esta inserida a escola, que teve que reorganizar seu currículo, seus ideais e seus princípios para acompanhar a evolução da humanidade.

Os professores são heróis anônimos, fazem um trabalho clandestino. Eles semeiam onde ninguém vê, nos bastidores da mente. aqueles que colhem os frutos dessas sementes raramente se lembram da sua origem, do labor dos que plantaram. Ser mestre é exercer um dos mais dignos papéis intelectuais da sociedade, embora um dos menos reconhecidos. Os alunos que não conseguem avaliar a importância dos seus mestres na construção da inteligência nunca conseguirão ser mestres na sinuosa arte de viver.

A escola tem inúmeras significações, esta repleta de símbolos que representam um ideal a ser alcançado. Apresenta-se como uma instituição que tem

o poder de transformar as pessoas em sujeitos adequados para o convívio social. Diante desta questão com discurso voltado para teorias críticas, pode-se afirmar que nem sempre o ideal a ser conquistado é alcançado. Os discursos da educação estão repletos de saberes necessários, mas que muitas vezes não se tornam ações concretas, por apresentarem ideais humanos difíceis de serem alcançados.

A instituição escolar torna-se, em muitas ocasiões, responsável pelos sujeitos nela inseridos, sendo que depende desta o sucesso ou o insucesso dos mesmos na vida social. Observamos que não é somente a escola responsável pelo gerenciamento da vida das pessoas que por ela passam, mas sim, inúmeras outras instituições políticas e sociais.

A família deveria ser referencial de educação para o sujeito, mas diante do contexto apresentado aqui, é complexo idealizar que todas as crianças e adolescentes possam conviver em um lar com princípios definidos de educação. Em vista de muitos problemas sócio culturais e econômicos, a família não dispõe de recursos suficientes para transmitir aos seus descendentes a base da formação humana (princípios, valores, higiene, cultura, afeto). Diante deste diagnóstico, constata-se que a família está ausente na principal fase de formação do sujeito, com isso acarretando inúmeras consequências, especialmente na cognição e na afetividade. Essas consequências se estenderão para além da infância e adolescência.

A escola preenche a brecha que a instituição familiar não consegue dar conta. Essa mudança de papel, traz consequências, também para a escola. Enquanto esta absorve a ausência da família, deixa de lado outros compromissos como instituição formadora. Deve assumir o compromisso de educar além de formar, desenvolvendo alguns aspectos cognitivos, afetivos, sociais e físicos.

O século XX foi o da aliança entre duas barbáries: a primeira vem das profundezas dos tempos e traz guerra, massacres, deportação, fanatismo. A segunda, gélida, anônima, vem do âmago da racionalização, que só conhece o cálculo e ignora o indivíduo, seu corpo, seus sentimentos, sua alma, e que multiplica o poderio da morte, e da servidão técnico-industriais.

A educação do futuro deve unir e não separar os conhecimentos e saberes. Dar importância ao indivíduo muito mais do que a racionalização. Essa é a resposta para algumas das perguntas atuais da educação. Não somente a escola, mas a sociedade como um todo, deve voltar-se para o ser humano enquanto sujeito repleto

de sentimentos. Assim a humanidade estará dando um novo passo para uma nova era.

Na sala de aula, o professor conhece as conseqüências de uma sociedade no mínimo ambígua. Encontra alunos com problemas de aprendizagem decorrentes de falhas e faltas, tanto na família quanto na escola. São alunos com dificuldades cognitivas que na maioria das vezes não são decorrentes de fatores físicos, mas sim emocionais. A afetividade familiar é importante para o desenvolvimento integral da criança e muitas vezes, quem cumpre esse papel é a escola, quando esta tem capacitação e percepção para isso.

Segundo Piaget (2001), os aspectos cognitivos e afetivos são inseparáveis e irredutíveis, não há ação sem motivação e não há motivação sem ação, sendo que a ação depende de estruturas cognitivas e a motivação depende de todas as ligações anteriores vinda de sentimentos positivos ou negativos. É certo dizer que as emoções fazem parte dos seres humanos, por mais "evoluída" que seja a sociedade. Todo aprendizado transita por inúmeros sentimentos, como medo, ansiedade, curiosidade, insegurança, alegria, satisfação, realização, etc. A criança necessita estar preparada para experimentar tais emoções. Pois é diante destas que apresentará resultados no seu desenvolvimento holístico.

A família tem função indispensável na preparação emocional da criança, especialmente nos seus primeiros anos escolares. A escola, especialmente e mais diretamente os professores, também precisam estar preparados para situações de improviso em sala de aula. Muitas dificuldades de aprendizagem estão relacionadas com problemas afetivos, seja este no âmbito familiar ou escolar. Além disso, pode-se dizer que a violência verbal e física, a indisciplina e evasão escolar, dentre outros, tem origem em problemas afetivos.

Tratando-se de escola e analisando algumas teses relacionadas ao desenvolvimento cognitivo e a afetividade, surgem algumas questões que põem em pauta as ações que a administração escolar deve executar para sanar ou diminuir estes problemas escolares. A gestão de uma instituição escolar deve ter como foco o educando e suas relações inter-pessoais e culturais.

A partir disto, acredita-se que a gestão escolar deve criar estratégias para aproximar a família da escola, valorizando esta, como elemento principal na formação psíquica da criança

Cabe a instituição escolar contribuir para que a criança integre seu convívio na sociedade, de outro lado à escola deve ajudar a família a solucionar o problema de seus filhos, reintegrando a imagem que se tem deles. Algumas vezes sendo necessário encaminhamento a profissionais especializados como psicólogos ou psicopedagogos. A escola, o educador e a família devem, pois, ser testemunhas da possibilidade do conhecimento.

A administração escolar, ao propiciar alternativas para a integração, socialização e troca de saberes com o ambiente familiar do educando, esta contribuindo para a inserção da família na escola. Quando a família participa dos acontecimentos na escola e acompanha o dia-a-dia do educando, fornece uma base sólida para a formação afetiva e cognitiva do educando. Este se sente mais seguro e consciente do mundo a sua volta. A família esta mais próxima da vida da criança, dando mais atenção e permitindo trocas de saberes, experiências, frustrações, alegrias e conquistas, enriquecendo as relações familiares e permitindo um desenvolvimento integral e sadio, que persistirá por toda a vida. Para que os pais possam realmente conhecer seus filhos, devem estar permanentemente em contato com a escola. A escola deve também, ter contato direto com a família dos educandos a fim de orientar, e ajudar na resolução de

conflitos, desajustes relacionais, problemas de juventude, migração e dificuldades escolares. A gestão escolar, portanto, deve ter sensibilidade e percepção para estas questões subjetivas, mas de imprescindível importância para o sucesso das futuras gerações. Assim, a criança que estiver bem na escola irá ainda melhor e a que tiver problemas, receberá ajuda tanto da escola quanto da família

Quando a escola, o pai e a mãe usam a mesma linguagem e tem valores semelhantes, os dois principais contextos da criança, a família e a escola, demonstram uma segurança e coerência extremamente favorável ao seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a escola assume para a criança um lugar de aliada, como mais uma interessada em seu bem-estar. Quando há conflitos entre família e escola, as crianças tendem a acompanhar quem mais lhes agrada, e os adolescentes em geral tentam tirar vantagens pessoais. Assim, quando os pais não concordam com a postura da escola, é diretamente com ela que devem resolver as discordâncias. Desse modo, a criança não se apoiará nos pais para se insurgir contra a escola.

Além de a família contribuir para a construção de um sujeito mais humano, a escola também tem importante participação nesta formação. Cabe a gestão educacional, promover formas de solucionar problemas afetivos na escola, especialmente entre professor e aluno. O professor deve estar preparado para enfrentar situações variadas de expressão sentimental, o que é natural ocorrer, especialmente nos primeiros anos escolares. Para que a equipe docente esteja preparada para enfrentar tais questões, a gestão escolar deve proporcionar a aquisição de habilidades e técnicas através de aperfeiçoamento e troca de saberes, conhecimentos e experiências. Deve estar aberta a novas formas de ensino-aprendizagem, atualizando e modificando o currículo escolar conforme seus interesses e objetivo. Também deve rever as relações entre equipe de trabalho. Um ambiente que favoreça a troca de experiências, e estimule a boa convivência, fortalece o trabalho e o resultado é visível.

Diante destes paradigmas educacionais, percebe-se que a escola tem importante papel de mudança social. Para que isso aconteça, a família deve estar constantemente e diretamente envolvida com a escola. Dentro deste elo de ligação e envolvimento, cada instituição tem seus deveres, mas sempre em busca de um objetivo. A escola com uma gestão democrática e participativa e a família como parte integrante. As questões afetivas no âmbito escolar e familiar devem ser consideradas com muito apreço, pois delas dependem a formação intelectual, moral, social e psíquica dos alunos.

CAPÍTULO V

METODOLOGIA

O objetivo da escola em relação à educação e formação dos alunos deve ser pela busca do conhecimento de suas necessidades, anseios da comunidade escolar e, a partir disto, buscar a construção de cidadãos conscientes/críticos da importância da escola na sua vida. A escola deve ser aberta a todos, inclusiva e oferecer um ensino significativo, respeitando os interesses e as individualidades num trabalho coletivo em prol da melhoria da sociedade como um todo.

Sem clareza do significado da avaliação, professores e alunos vivenciam intuitivamente práticas avaliativas que podem tanto estimular, promover, gerar avanço e crescimento, quanto podem desestimular, frustrar e impedir o avanço de quem aprende. Existem pois, efeitos diretos explícitos e efetivos indiretos implícitos que são associados aos processos avaliativos de ensino.

Dentro da perspectiva de integração que ocorre na Escola, entende-se que a prática avaliativa é uma das formas eficientes de instalar ou controlar comportamentos e atitudes dos alunos. Essa prática pode ser positiva ou destrutiva de suas possibilidades de desenvolvimento, pelo poder que encerra e pela importância que tem enquanto mecanismo de inclusão ou exclusão social. Será que o professor tem consciência disso?

A consciência ética e afetiva funciona como fator de equilíbrio diante de uma relação de poder desigual que interpõe o professor e o aluno. Essa deveria ser uma preocupação para quem se dedica à função de educar, com atitudes positivas pode-se ter um comportamento que revela respeito, compromisso ético com a aprendizagem e crescimento dos alunos.

A concepção de avaliação ainda é comumente relacionada à idéia de mensuração de mudanças do comportamento humano. Serve como meio de controle, feito através de atribuições de pontos ou notas, para que os alunos realizem tarefas e tenham comportamentos esperados, que o professor e a instituição desejam. Não se importam com o conhecimento que o aluno adquiriu, e sim com o tipo de nota que o aluno obteve. A nota, portanto, passa a apresentar objetivo diferente da representação do rendimento do aluno.

Necessita ser redirecionada, pois a competência ou incompetência do aluno não resultam apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando.

Este processo é subjetivo e realiza julgamentos segundo padrões pré-estabelecidos, caracterizado e valores sobre dados relevantes da realidade em que ocorre a aprendizagem, inerentes ao contexto social ou individual de cada aluno.

Assumindo o desafio de buscar uma postura pedagógica mediadora e acreditando na capacidade de cada aluno, levando em consideração o lado afetivo, serão utilizados estudos de reflexão, discussões, estudos de textos, entrevistas, avaliações escritas, debates, arguições orais e atividades desenvolvidas em aula e em casa.

CAPÍTULO VI

RECURSOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Acreditando na necessidade de um redirecionamento em relação à avaliação, propostas são lançadas, baseadas em princípios que deveriam nortear a superação do modelo tradicional por um modelo mais inovador, isto é, incluir outras competências no processo de ensino e aprendizagem.

Os princípios básicos do ensino contidos nas propostas de educação, mais especificamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foram elaborados procurando, de um lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no País e, de outro, dar oportunidades ao aluno de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, ampliando a sua formação como cidadão e intensificando relações com o seu mundo interior e exterior. Todo processo deve consistir na participação do aluno e não mais na aniquilação da sua autoestima pelo professor.

Esta perspectiva parte especialmente dos estudos por intelectuais como Piaget (2001), que defendem a tese de que o conhecimento é construído ativamente pelo aluno e não apenas transmitido pelo professor. Assim, tanto o professor quanto o aluno compartilham os conhecimentos prévios que possuem sobre o conteúdo que será abordado. Cabe ao professor mediar o conhecimento inicial do mesmo para estimulá-lo na construção de novos conhecimentos mais sintetizados.

Segundo Souza (1994), a avaliação deve ser utilizada com o apoio de múltiplos instrumentos de coleta de informações, sempre de acordo com as características do plano de ensino, isto é, dos objetivos que se está buscando junto ao aluno. Assim, conforme o tipo de objetivo pode ser empregado trabalhos em grupo e individuais, provas orais e escritas, seminários, observação dos cadernos, realização de exercícios em classe ou em casa e da avaliação ao final de um bimestre letivo. Informações descontinuadas e distanciadas uma das outras podem modificar a sintomatologia do aluno e do professor, quanto a condições de aprendizagem e ensino. Após a obtenção das informações, analise-as de acordo com os critérios preestabelecidos, com as condições de ensino oferecidas, e tome

as decisões que julgar satisfatórias para a melhoria da qualidade da Educação Escolar.

É preciso registrar de imediato que a ênfase participativa, coletiva, emancipatória e crítica dada tanto ao planejamento quanto ao currículo escolar direciona a avaliação também para um processo semelhante de trabalho. Essa nova forma de pensar e fazer a avaliação requer aprendizagens constantes. Significa aprender desenvolvendo a capacidade de tratar com valores, sentimentos, com a própria consciência e a dos outros.

De acordo com Turra (1992), nesse enfoque, duas faces da avaliação aparecem como mais importante:

- a avaliação como um processo social, portanto ligada à idéia de transformação social;

- a avaliação envolvendo um julgamento moral, visando à compreensão e à análise do contexto sócio-político e à conscientização da cultura em que se vive.

A ênfase dada à avaliação, principalmente em relação a seus aspectos técnicos, desconsiderando os seus fundamentos pedagógicos, transformaram-na, segundo Souza (1994), em uma prática inútil para o aperfeiçoamento do processo de ensino. Destaca ainda, que nos últimos anos, têm sido produzidos na literatura nacional e internacional, estudos que se voltam para a denúncia de que a avaliação escolar, apoiada na lógica de uma sociedade de classes, tem servido à discriminação e a seleção social, sob a declaração do pressuposto de igualdade de oportunidades sociais.

A avaliação, portanto, não é um processo meramente técnico, pois implica uma postura política e incluiu valores e princípios que refletem uma concepção de educação, de escola e de sociedade. Assim, avaliar deve ser a conjugação de uma visão global das idéias, considerando-se as ações pedagógicas não como atividades estanques, desvinculadas dos aspectos políticos sociais, mas como um todo, encarando a educação como uma experiência dialética, que apresenta contradições, movimentos e conflitos.

Isso significa redirecionar as práticas avaliativas para propósitos mais qualitativos da educação, sem, no entanto, desprezar a necessidade de avaliação quantitativa, pois, a quantidade não é uma dimensão inferior ou menos nobre da realidade, mas simplesmente uma face dela.

Sabe-se que na abordagem quantitativa, a ênfase da avaliação está quase que totalmente nos produtos ou resultados, assumindo a nítida diferença entre fatos e valores, a determinação de fins e objetivo da educação e a naturalidade ética da intervenção tecnológica. Sua preocupação maior é a comprovação do grau em que os objetivos estabelecidos foram alcançados.

Já o propósito da avaliação qualitativa - ênfase de maior destas reflexões – é compreender a situação objeto de estudo, mediante as interpretações e aspirações daqueles que nela atuam, para oferecer a informação que cada um dos participantes necessita a fim de entender, interpretar e intervir de modo mais adequado na prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesse trabalho investigar as relações de poder que passam pela escola, mais especificamente as relações de poder inculcadas na avaliação dos envolvidos no ato de educar.

Percebeu-se que as relações que ocorrem em um ambiente escolar estão impregnadas de poder, como um conjunto de ações praticadas sobre as ações do outro.

Contudo, as relações de poder estudadas nesta monografia, levam a concluir que o que encontramos em vários momentos, não foi somente um poder com eficácia produtiva, mas um poder que violenta; não uma ação sobre ações, mas uma ação que é praticada diretamente sobre o outro, gerando resistência e fuga, medo e destruição.

Nas questões relacionadas à avaliação e afetividade, percebe-se com evidência o poder dos professores. Constata-se que o professor tem consciência que a avaliação serve como diagnóstico para apreciar e analisar o seu próprio desempenho, ou seja, tem como propósito coletar dados para rever seu planejamento, mas na prática ela ocorre para classificar, agrupar, diferenciar e individualizar os/as alunos/as. A avaliação é utilizada como forma de poder, que violenta e exclui sujeitos.

A escola precisa mudar o seu conceito perante a sociedade. Ela deve conscientizar-se através dos envolvidos no ato de educar, que não é mais o lugar exclusivo do saber, pois há muito tempo perdeu esse título para as novas tecnologias, que são meios rápidos e eficazes para a informação das pessoas. É necessário conhecê-las e utilizá-las para que haja uma aprendizagem mais significativa para os sujeitos.

Acredita-se na construção de uma proposta de escola que inclua todos os envolvidos no ato de avaliar e que a afetividade esteja presente diante dos fatos e acontecimentos para que tudo possa se resolver da melhor maneira possível diante do ocorrido, onde se discuta coletivamente questões importantes, como as relações de poder e a avaliação de todo o processo de ensinar e aprender.

Em uma escola de haver respeito, organização e disciplina. Porém, quando essas normas são elaboradas e discutidas democraticamente, com todos os segmentos, o grupo torna-se interessado e participativo.

A equipe diretiva ajuda quando não impõe, mas propõe. As reais mudanças não ocorrem por determinações legais ou imposições, é necessário ter confiança no grupo, superando o controle e a vigilância.

Para que se consiga mudanças, é fundamental a comunicação entre todos os envolvidos no ato de educar, essa discussão deve estar aberta a todos segmentos, e para isso, é necessário que:

os alunos tenham uma participação mais ativa na escola, expondo suas opiniões, cultivando a solidariedade em sala de aula e a responsabilidade coletiva. Respeitando o outro e descobrindo que a possibilidade de alcançar o seu desenvolvimento é gratificante e prazeroso;

- os pais ou responsáveis estejam mais preocupados com a aprendizagem dos filhos, que sejam mais presentes na vida escolar de seus filhos, não cobrando apenas a nota e disciplina, mas aprendizagem e crescimento pessoal;

- os professores estejam constantemente buscando informações, que proponham em sala de aula a construção de normas que possibilitem a aprendizagem, sem pressões e sem medos, onde a proposta pedagógica possibilite uma ação que não violente e uma avaliação mais justa e menos excludente;

- a equipe diretiva viabilize as ações citadas anteriormente, aceitando críticas e opiniões, construindo uma gestão verdadeiramente democrática.

É necessário, tematizar as questões trazidas através dos diversos atores educacionais, percebendo e respeitando o poder que cada um/a possui e principalmente, formando parceria com toda a comunidade, para juntos elaborar aprendizagens significativas. Todos/as precisam sentir-se valorizados e incluídos na escola.

Acredita-se, que a mudança não pode ser feita de um dia para o outro, mas sendo constante e atingindo toda a comunidade escolar, tem possibilidade de tornar-se mais significativa. Todos/as precisam envolver-se, sejam professores/as, alunos/as ou familiares, pois, é necessário a união e o trabalho coletivo na construção de uma escola democrática, solidária e empenhada em capacitar os sujeitos, para lidar com as diversas situações que surgem no dia a dia.

Faz-se necessário também, uma gestão que inclua todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender, onde as relações sejam fundamentadas no diálogo e na construção em conjunto de uma educação democrática, onde teremos uma avaliação justa, em prol da melhoria da qualidade do ensino.

Nesse trabalho oportunizou-me as respostas aos questionamentos inicialmente feitos e abriu um leque de novos questionamentos, que possibilita o empenho em outras pesquisas em busca da escola democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Meret. **Fala Mestre**. *Revista Nova Escola*. Nov/2001, p23-25.
- ARANTES, V. Cognição, ***Afetividade e Moralidade***. *Educação e Pesquisa*. São Paulo.
- BLOOM, Bejamim S; HASTING, Thomas MADAUS, George. ***Manual de avaliação formative e somativa do aprendizado escolar***, São Paulo: Pioneira, 1983.
- BRASIL, Jacques Delors (org.). ***Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI***. São Paulo, Cortez, 1998.
- DANTAS, Heloysa. ***A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética***. São Paulo: 1992
- DEMO, Pedro. ***Avaliação Qualitativa***. 3ed.São Paulo: Cortez, 1991.
- FIRME, Penna Thereza. ***Revista do Ensino, sine nomin***. 1998.
- FOUCAULT, Michael. ***Microfísica do poder***. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FREIRE, Paulo. ***Ação Cultural para a liberdade***. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GODOTTI, Moacir. ***Pedagogia: diálogo e conflito***. São Paulo: Ártica, 1993.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. ***Avaliação e desafio: uma perspectiva construtiva***. Porto Alegre: Mediação, 1991.
- LUCKESI, Carlos e Cipriano. **O objetivo da avaliação é intervir para melhorar**. *Revista Nova Escola*, nº 121, abril/2006, p.18 – 20.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius E Educação**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
PIAGET, Jean. **Inteligência e Afetividade**. Buenos Aires: 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1988.

REVISTA NOVA ESCOLA, abril de 2006, p.52-54.

SOUZA, Clarilza de. **Avaliação escolar: limites e possibilidades**. Série Idéias, nº 22. São Paulo: FDE, 1994, p.89-90. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=018. Acesso em: 02 de abril de 2008.

TURRA, Cláudia Maria Godoi et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Sagra. 1992.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 1994.

_____. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação. Do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem**. São Paulo: Libertad, 1998.